

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE MEDICINA**

CLÁUDIA RODRIGUES

**A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM GRUPOS DE
ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE EM UMA
INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA**

BELO HORIZONTE – MG

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE MEDICINA

CLÁUDIA RODRIGUES

A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM GRUPOS DE
ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE EM UMA
INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA

**Trabalho de conclusão de curso apresentada
como pré-requisito ao Curso de Especialização
da Saúde do Adolescente da Faculdade de
Medicina – Universidade Federal de Minas
Gerais.**

**Área de Concentração:
Saúde da Criança e do Adolescente**

**Orientadora:
Prof.^a Dra. Valéria Santos Brasil**

BELO HORIZONTE – MG

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CURSO DE SAÚDE DO ADOLESCENTE

UFMG

ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DA ALUNA CLAUDIA RODRIGUES

Realizou-se, no dia 01 de agosto de 2014, às 14:00 horas, Sala 138, Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de monografia, intitulada *A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM GRUPOS DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE EM UMA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA*, apresentada por CLAUDIA RODRIGUES, número de registro 2011671455, graduada no curso de SERVIÇO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em SAÚDE DO ADOLESCENTE, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Valeria Santos Brasil - Orientador (UFMG), Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (UFMG), Prof(a). Solange de Melo Miranda (Ministério da Saúde).

A Comissão considerou a monografia:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2014.

Prof(a). Valeria Santos Brasil (Doutora)

Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (Doutora)

Prof(a). Solange de Melo Miranda (Especialista)

"Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro."

Franklin Roosevelt

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo sopro de vida que me permitiu uma nova reencarnação e por ter me proporcionado trabalhar para Ele, em lugares únicos.

À Dra. Valéria Santos Brasil, minha orientadora, amiga, conselheira, pela escuta e pela palavra, pela paciência, pelo carinho, pela disponibilidade e pela aposta.

À Dra. Cristiane de Freitas Cunha, Dr. Roberto Assis Ferreira, Dra. Solange Melo Miranda, Dra. Suzana Tayner, Dra. Maria Goretti Lamounier, Dra. Monica Schettino Motta, Dra. Eliana, Dra. Tatiana Amaral, eternos professores.

À Dra. Ana Celles de Sousa Kempen pelo incentivo e aposta de uma nova aprendizagem.

Aos colegas de trabalho, parceiros, agentes que tanto nos ajudaram e ajudam na coordenação da Roda de Conversa: Luiz Carlos – o Praça, Jailton, Varley, Marcelo, Edvaldo, Demétrio, Jânio, Dione, Bruno Rodrigues.

Aos diretores, colegas do CSESC, supervisão, coordenação pela aposta no trabalho.

Aos meus queridos adolescentes, participantes dos grupos, pelos ensinamentos de cada dia, e pela confiança em compartilharem comigo suas experiências.

Aos meus pais, Maria e Antônio, meus irmãos e sobrinhos, por sempre acreditarem em mim.

Ao meu marido Márcio, minha Vida, pelo seu amor, paciência, incentivo.

*De todo meu coração:
Muito obrigada!*

RESUMO

Este estudo relata uma experiência com grupos de adolescentes privados de liberdade, em um Centro Socioeducativo, com objetivo de constatar os efeitos dessa participação em grupo no decorrer dos encontros. Primeiramente são abordados o conceito de grupo operativo, e a maneira como estes adolescentes privados de liberdade se comportaram em grupo. A valorização desses sujeitos foi possibilitada pela oferta da palavra, o que propiciou aos coordenadores, uma escuta diferenciada de outros espaços dessa instituição. No decorrer do estudo percebeu-se que o grupo foi um espaço fundamental para a identificação de fatores de risco e, permitindo ainda a reflexão sobre a vulnerabilidade.

Esta experiência também despertou nos adolescentes uma reflexão sobre o processo da vida de cada um, a responsabilização por suas escolhas, as possíveis consequências destas para a vida. Foi possível ainda desenvolver o juízo crítico, a autoestima, a criatividade, os projetos de vida e os vínculos com outros adolescentes.

Palavras chaves: relato de experiência, trabalho de grupo, adolescentes privados de liberdade.

ABSTRACT

This study reports an experiment with groups of adolescents deprived of liberty, in a Socio-Educational Center, in order to observe the effects of group participation during the meetings. Are first discussed the concept of operative group, and how these incarcerated adolescents behaved group. The appreciation of these subjects was made possible by the provision of the word, which led to the coordinators, differentiated listening to other areas of the institution. During the study, it was realized that the group was a central space for the identification of risk factors and allowing the reflection of the vulnerability.

This experience has also raised the adolescents reflect on the life of each accountability for their choices, their possible consequences for these for life. It was also possible to develop critical judgment, self-esteem, creativity, life projects and links with other teens.

Key words: experience report, group work, and incarcerated adolescents.

LISTA DE SIGLAS CITADAS NO TEXTO

- C.I.D.C.** – Convenção Internacional dos direitos da Criança
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CSESC** – Centro Socioeducativo Santa Clara
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- LA** – Liberdade Assistida
- MSE** – Medida Socioeducativa
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PSC** – Prestação de Serviço Comunitário
- SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	14
3. O MÉTODO EMPREGADO.....	17
4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	21
4.1. A Constituição do Sujeito.....	22
4.2. A Adolescência.....	25
4.3. O Adolescente Autor de Ato Infracional	29
4.4. A Importância dos Grupos na Adolescência	34
5. A EXPERIÊNCIA COM GRUPOS DE ADOLESCENTES ACAUTELADOS.	36
5.1. Comentários dos Adolescentes <u>d</u> urante os Encontros	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
7. ANEXOS	
7.1. Anexo I -Projeto de Visitação ao Núcleo Caminhos Para Jesus.....	51
7.2. Anexo II – Convite	53
7.3. Anexo III – Poema de Agradecimento	54
7.4. Anexo IV – Minidicionário dos Adolescentes.....	56
7.5. Anexo V – Sinopse dos Filmes Exibidos no Cinema Comentado	58
7.6. Anexo VI – Princípios Jurídicos Básicos	60
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à experiência com grupos operativos vivenciada em uma Unidade de Internação Socioeducativa da Secretaria de Estado de Defesa Social, com adolescentes privados de liberdade, no município de Belo Horizonte, no período de Março de 2011 à Março 2012. Essa Unidade, na época, acolhia 65 adolescentes do sexo masculino que foram julgados e sentenciados pela justiça para que cumprissem a medida socioeducativa de privação de liberdade, que tem um prazo entre 06 meses a 03 anos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹. A Unidade atualmente tem uma média de 70 adolescentes acolhidos, possui uma equipe de 03 psicólogos, 03 assistentes sociais, 02 advogados, 02 enfermeiras, 01 odontólogo, 02 auxiliares educacionais, 02 pedagogas, 117 agentes socioeducativos, 03 diretores, sendo um geral, um de atendimento e um de segurança, 01 coordenador de segurança, 03 supervisores de segurança e 05 funcionários administrativos. Todos os adolescentes estão inseridos na escola, que atua dentro do Centro de Internação. Essa medida socioeducativa tem os seguintes eixos de trabalho, conforme determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE²: Suporte institucional e pedagógico, diversidade étnico-racial de gênero e de orientação sexual, cultura, esporte e lazer, saúde, escola, profissionalização, trabalho, previdência, família e comunidade e segurança.

Ao iniciarmos o trabalho com os grupos em setembro de 2010, não obtivemos sucesso ao utilizarmos atividades de escrita e desenhos devido a grande defasagem escolar, pelo fato dos adolescentes não saberem ler e escrever e, principalmente, por ser obrigatório a participação nos grupos. Então, tivemos que repensar os grupos, propor um acordo de funcionamento, fomentar o desejo de participação e fazer vigorar o sigilo. Em 2011 foi proposta uma nova tentativa do trabalho com grupos na unidade, que buscava proporcionar aos adolescentes um espaço diferenciado, uma vez que em grupo as demandas, as experiências de cada um

¹ *Estatuto da Criança e do Adolescente* - Lei 8.069 de 13/07/1990.

² *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* - Lei 12.594 de 18/01/2012.

emergiam e, assim, poderíamos buscar um novo entendimento para as vivências de cada um.

O trabalho com grupos, inicialmente, visava um acolhimento voltado para valorizar a palavra desses adolescentes que antes da privação da liberdade, tiveram uma privação do convívio familiar, vieram de lares desfeitos, do desconhecimento da paternidade, de situações de grande pobreza e vulnerabilidade social, chegando ao cume da exclusão social. Dentro desta proposta foi observado como esses adolescentes se comportavam em grupo, criando uma cumplicidade entre eles e até mesmo pelo código de silêncio na forma de não “*X novar*” (delatar) o outro.

Logo percebemos como o trabalho com grupos na Unidade era relevante. Observamos uma melhora comportamental, um repensar na vida que cada um estava levando, a descoberta de algo novo, das qualidades, dos valores. A responsabilização estava à porta de suas consciências cobrando-lhes o melhor que podiam dar. Os participantes se esforçavam para acatarem as regras da Unidade e do grupo e ajudar os demais companheiros. Preconceitos foram vencidos e uma nova possibilidade de acolhimento ao outro foi resgatado.

Foi uma aposta que perdura até hoje e que em 2013 foi registrada no PPP – Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo, como uma modalidade de oficina. Por esta nomeação, Afonso³ (2003, p.34) explica:

Como método de intervenção psicossocial, a oficina busca suas bases na teoria dos grupos dentro de um contexto sociocultural. Ela não é um grupo de psicoterapia e nem um grupo de ensino. Na esteira do “grupo operativo e Do círculo da cultura”, a oficina pretende realizar um trabalho de elaboração sobre a inter-relação entre cultura e subjetividade.

Consideramos que a oficialização do trabalho com grupos nomeado como Roda de Conversa, foi um avanço, pois houve o reconhecimento da Unidade em relação ao trabalho realizado e uma grande participação de adolescentes envolvidos, gerando

³ AFONSO, Lúcia, e outros, *Oficinas em dinâmica de grupo na área de saúde*, 2003, p.34.

um ambiente mais harmonioso e colocando em prática um modelo restaurativo⁴, que pode se constituir como um importante instrumento de trabalho, colaborando para a transformação e promoção do ser.

⁴ Tony Marshall (1999 apud AGUIAR, p.109) define a Justiça restaurativa como “um processo através do qual todas as partes interessadas em um crime específico se reúnem para solucionarem coletivamente como lidar com o resultado do crime e suas implicações para o futuro”.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A miséria em que maioria desses adolescentes e seus familiares estão inseridos retrata um adoecimento social. Esta “doença” não está apenas no corpo físico, mas na alma massacrada pelo sistema social e, assim, muitos cometem delitos para que possam “sanar” momentaneamente os problemas que enfrentam. Não queremos com isto justificar o ato infracional⁵ dos adolescentes, mas abrir um parêntese para a busca da compreensão e do repensar desta situação na qual estão inseridos, pois entender as causas é buscar propor soluções. A Constituição da República Federativa do Brasil – CF/1988, nos seus artigos 226 e 227 ressalta que:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as crianças e os jovens brasileiros, sem distinção de raça, classe social ou qualquer forma de discriminação, passaram de “objetos” a “*sujeitos de direitos e responsabilidades*”, considerados em sua “*peculiar condição de desenvolvimento*”. Sujeitos de direitos nos termos da lei, considera a passagem do Código de Menores que tratava a criança e o adolescente na condição de objeto para o ECA, que traz a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e deveres e destinatários de políticas públicas. Através do ECA foi dado um novo enfoque à proteção integral, uma concepção sustentadora da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 20/11/1989. Valéria Rodrigues⁶, em um curso ministrado para os funcionários do Sistema Socioeducativo, explicita: “Sujeitos” na concepção de indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade própria que, na sua relação com o adulto não podem ser tratados como passivos ou meros objetos. “De direitos”

⁵ O ato infracional corresponde para o adolescente, ao crime dos adultos.

⁶ Juíza da Vara da Infância e Adolescente. Curso Mediação de Conflitos, agosto, 2008.

significa que são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: família, sociedade e o estado. Os direitos sociais assegurados são a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados.

Mas na prática, a realidade é bastante diferente. Em um caso que acompanhávamos, e que chamaremos de Jota⁷, os pais do adolescente encontravam-se desempregados e a genitora com uma saúde frágil, havia sido diagnosticada com câncer no pâncreas. Dos seus cinco filhos, um estava preso em uma Penitenciária, dois estavam acautelados⁸ em uma unidade socioeducativa, outro era alcoolista, usuário de drogas e desempregado; e uma moça que residia com umas amigas e já trabalhava. Em uma visita domiciliar constatamos que a casa da família era organizada, tinha 03 cômodos minúsculos e as pessoas se dispunham da seguinte forma: um quarto era do casal e da avó, o irmão dormia no chão da cozinha e antes do acautelamento Jota e seu outro irmão também dormiam no chão, entre a cozinha e o banheiro. Não podemos nos esquecer de registrar que o esgoto era a céu aberto e que passava na porta da cozinha. Saímos daquela casa pensando na miséria na qual aquela família se encontrava e que a única opção que os adolescentes haviam encontrado para suprir suas carências era a entrada na criminalidade, até mesmo pelo desconhecimento das políticas públicas que são disponibilizadas através dos CRAS⁹, CREAS¹⁰ e Plantões Sociais.

Diante de tamanha vulnerabilidade¹¹ social, a prática dos atos infracionais é sempre uma saída frequente por esses adolescentes e de acordo com a gravidade do ato, o adolescente é levado à privação de liberdade, pois ao cometer o delito, sempre haverá uma sanção penal a ser cumprida.

As medidas socioeducativas são divididas em: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, PSC – Prestação de Serviços à Comunidade, LA – Liberdade Assistida,

⁷ Este e outros nomes são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

⁸ Acautelamento: Ação ou providência de guardar e responsabilizar-se por algo ou alguém e evitar algum tipo de dano, abuso, etc.

⁹ CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

¹⁰ CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

¹¹ Vulnerabilidades: definidas como conjunto de características, recursos, habilidades inerentes a um dado grupo social que se revelam insuficientes, inadequadas ou deficientes.

Semiliberdade e Privativa de Liberdade. A privação de liberdade é uma resposta social, visando a punição dos infratores. Para Volpi¹² (1997, p.28): “*a restrição da liberdade deve significar apenas limitação do exercício pleno do direito de ir e vir*”. Dizemos que a medida deva surtir nos adolescentes um processo de reflexão dos atos cometidos, sua responsabilização, isto é, localizar o ato em sua história, o momento em que há uma decisão pelo ato, como se posiciona na vida, seu modo de viver e se relacionar e a possibilidade de conhecer um leque de opções existentes fora da criminalidade.

Para este estudo, trabalharemos somente a experiência adquirida com o grupo ESPERANÇA, que tinha nove adolescentes privados de liberdade e que aconteceu entre Março de 2011 à Março 2012, num total de 11 encontros.

¹² VOLPI, Mário. (org.). *O adolescente e o ato infracional*, 1997, p.28.

3. O MÉTODO EMPREGADO

Optamos por trabalhar em grupo a partir da proposta de “Grupos Operativos”, modelo que foi adotado por Enrique Pichon Rivière (1907-1977), médico psiquiatra e psicanalista de origem suíça, que viveu na Argentina desde a infância. Quanto à denominação “grupos operativos” esta foi concebida em uma situação de grupo que exigia uma tarefa concreta. Em 1945, quando Pichon dirigia o setor de pacientes no Hospital Psiquiátrico de Rosário, cidade da Argentina, viu-se obrigado a improvisar pacientes na função de enfermeiros pela falta de funcionários. Assim nascia os grupos operativos; descobrindo-se o benefício terapêutico proveniente da própria aprendizagem dos pacientes, entendendo que não há distinção clara entre grupo terapêutico e grupo de aprendizagem. Intrigado com esse resultado passou a estudar os fenômenos grupais a partir dos postulados da psicanálise, da teoria de campo de Kurt Lewin e da teoria de Comunicação e Interação. Da convergência dessas teorias constituíram-se os fundamentos da teoria e técnica dos grupos operativos.

El sujeto es ‘sano’ en la medida en que aprehende la realidad en una perspectiva integradora y tiene capacidad para transformar esa realidad transformándose, a la vez, él mismo” (PICHON-RIVIÈRE, 1976, p.20)¹³

No artigo científico sobre o processo de reflexão sobre escolhas, Merli e outras¹⁴ citam ZIMERMAN, ao definir o grupo operativo;

Consiste em um método de investigação sobre a dinâmica de grupo, e concomitantemente tem uma função terapêutica. Ocorre a partir do momento em que são identificadas as dificuldades de cada participante, rompendo os estereótipos, esclarecendo os obstáculos que impedem o trabalho em grupo e auxiliando na detecção e resolução de problemas. Em suma, operativo no sentido de promover uma mobilização para o rompimento de estruturas estereotipadas em meio às ansiedades que emergem no contexto na qual está inserido o grupo, e é terapêutico porque promove mudança.

¹³ Pichon.doc - Grupos.com.br. Em www.grupos.com.br

¹⁴ MERLI, Laura e outras. *Processo de reflexão sobre escolhas: uma experiência com adolescentes privadas de liberdade*. Boletim de Iniciação Científica em Psicologia – 2005, p.51-64.

Para este trabalho, discutiremos a experiência vivenciada no período de Março de 2011 à Março de 2012. Durante esse tempo contávamos com 09 (nove) grupos, compostos de 09 adolescentes em cada grupo. Os grupos eram fechados, isto é, uma vez constituído não podia mais ser aceito nenhum outro participante, a não ser que, um dos integrantes tivesse recebido sua liberdade. A duração dos encontros tinha uma média de duas horas.

Trabalharemos neste projeto somente o primeiro grupo, intitulado pelos participantes de GRUPO ESPERANÇA, devido a imensidade de informações coletadas e riqueza de detalhes abordados durante os encontros. Todos os oito grupos ofereceram grande diversidade de informações, e suas especificidades. A participação de todos foi primordial para que os grupos obtivessem sucesso. O GRUPO ESPERANÇA, foi nossa primeira experiência e teve 11 encontros, de Março de 2011 a Março de 2012. Esta denominação foi criada pelos próprios adolescentes, numa eleição entre eles, na qual ficou ressaltada que o grupo teria este nome por representar a “*Esperança do novo, a esperança da liberdade chegar, a esperança de um novo futuro*” (sic).

Naquele momento, optamos pelo trabalho com grupos não para sobrepor aos atendimentos individuais ou porque havia falta de profissionais, mas por uma questão de escolha deliberada, em função do potencial que esta estratégia de atendimento representava. Ofertando ao adolescente a palavra e oferecendo a escuta, buscávamos a compreensão do mundo cotidiano de cada um. Segundo Andaló¹⁵ (2001) em seu artigo, constata-se que:

Na atualidade, vem se dando cada vez mais ênfase aos processos grupais, o que torna o conhecimento sobre os mesmos um instrumental valioso e até mesmo imprescindível, seja em termos de eficácia para atingir objetivos ou realizar tarefas.

Na formação dos grupos dentro da Unidade foram levadas em consideração questões como existência de conflitos, suas particularidades, sabendo que os componentes eram movidos por um desejo particular e que desejavam serem vistos

¹⁵ ANDALÓ, Carmem S. de A., *O papel de coordenador de grupos*, 2001. Artigo científico da Revista de Psicologia. Acesso em 17/05/2011

em sua singularidade, que é quando as diferenças aparecem. No grupo, foi estipulado um contrato entre os adolescentes participantes, no qual constava a questão do sigilo, do respeito, a empatia com o agente socioeducativo indicado para compor o grupo, a nomeação do grupo, a delimitação do número de participantes (nove por cada grupo) e o que motivava a participação de cada um. Para tanto, buscávamos ouvi-los para que fosse avaliado em qual grupo seriam inseridos.

A dinâmica do funcionamento dos grupos foi construída e conduzida pelos coordenadores, que orientavam os adolescentes no sentido de operacionalizar as atividades sugeridas por eles e buscavam elos que pudessem aproximá-los. Optamos pelos grupos operativos, indo ao encontro da colocação de Chafi Abduch (2013):

Consiste numa técnica de trabalho cujo objetivo é promover, de forma econômica, um processo de aprendizagem. Com adolescentes é indicada para desenvolvimento de fatores básicos e elementares de prevenção que são: a autoestima, juízo crítico, plano de vida e criatividade.

Nos grupos, trabalhamos também com técnicas que possibilitaram a criatividade e o estímulo, permitindo avaliar as soluções de problemas, reflexões e comunicações. Essas foram úteis quando precisávamos aprofundar em temas, buscar possibilidades, tomar decisões e avaliar o grupo. Outro ponto trabalhado e levado em consideração foi o humor. Sabemos que o humor é a leveza da vida, e também é uma arte, mas devemos ter cuidado com ele e com as brincadeiras durante o trabalho com grupos.

Como o grupo tinha dois coordenadores, a postura adotada era de facilitadores na realização das tarefas. A atuação não era impositiva em relação ao grupo. Era um espaço para a troca de experiências, principalmente aquelas que se relacionavam a reinserção social e a construção coletiva de formas para lidar com esta situação. Assim utilizamos técnicas¹⁶, momentos de sensibilização, reflexão, comunicação e execução de tarefas. As técnicas foram utilizadas como fim, para “fiscarmos” os adolescentes.

¹⁶ Técnicas são procedimentos que tem por objetivo facilitar o processo de reflexão e comunicação do grupo. Utilizamos jogos e outras atividades lúdicas como estratégias para que o grupo vivenciasse alguma situação.

Conforme já informado, nosso trabalho com grupos foi realizado com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade (MSE). Nossa proposta se baseia em dar a palavra ao adolescente, isto é, reconhecer o outro, o que é diferente de reprimi-los, sem privilegiar o ato, para que a palavra não desapareça, tal como a psicanálise coloca: *“sair da palavra vazia para a cheia é valorizar o sujeito”*.

A construção do saber se dava no embasamento teórico aliado às práticas de vivências cotidianas. Os coordenadores do grupo, uma assistente social, uma enfermeira e um agente socioeducativo, não ocupavam um lugar de saber, mas de orientadores capazes de estimulá-los a pensar. Assim, no grupo, o saber sempre teve um lugar que foi construído a partir do próprio saber dos adolescentes, bem como foi pertinente a todos do grupo. Neste espaço os coordenadores foram mediadores, mas também convocavam cada um do grupo a falar de suas vivências, deixando nítido o espaço do grupo, onde os adolescentes “marcariam seu lugar”. O sigilo foi ressaltado e o que se tratava no grupo, ficava no grupo. Outro aspecto importante para a realização de nossos encontros foi o cuidado com a separação de outros ambientes da unidade, e assim utilizávamos a sala de reunião.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Embora a ênfase do nosso trabalho seja sobre a experiência com grupos de adolescentes, achamos relevante abordar conceitos como: constituição do sujeito, adolescência, adolescente autor de ato infracional e a importância dos grupos na adolescência, por entendermos que desde o nascimento a pessoa vai interagindo com seu meio, realizando trocas simbólicas e agregando conhecimentos, isto é, objetos, memórias, linguagens e sentimentos que determinarão o que se torna significativo em sua vida.

As descobertas iniciam-se na infância, através da relação familiar e dos afetos que aí circulam, o que dará ao homem valores para que possa constituir sua personalidade e trilhar sua vida. A passagem pela infância dá lugar à adolescência, fase de novas descobertas e mudanças, na qual a importância do outro semelhante vai ganhando espaço, ao vivenciar a inserção em vários tipos de grupos.

Então de forma sintética comentaremos sobre estes itens, pois são determinantes para qualquer ser humano.

4.1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

“Tudo o que a criança vê, tudo o que ouve, causa-lhe impressões. Ora, do mesmo modo que a educação intelectual é constituída pela soma das ideias adquiridas, a educação moral é o resultado de todas as impressões recebidas (...)”.

Hippolyte Léon Denizard Rivail¹⁷

Apesar do foco do trabalho ser o adolescente é fundamental esse retorno à constituição do sujeito para que se possa dimensionar os efeitos desse sobre o processo do adolecer.

Sob a ótica de Lacan partimos do desamparo da criança e da sua dependência do Outro.¹⁸ Desde o nascimento o ser humano tem a necessidade de um outro que cuide dele. No caso do bebê, como ele é incapaz de satisfazer a si mesmo, precisa da mãe ou de alguém que cumpra a função da mãe. Nesta relação mãe e filho, como a criança não sabe falar, ela chora; e como a mãe não sabe o real motivo do choro, ela “supõe” ser frio, ser fome, fralda molhada, etc. Assim vai se estabelecendo uma relação, na qual o bebê vai aprendendo que ao chorar se tem um ganho. Abdon¹⁹ (2014), coloca que para Lacan, “a figura da mãe é o outro primordial ao processo de humanização do bebê”. Nesta relação é que se iniciam suas identificações e a mãe possibilita que a criança dê início a sua constituição psíquica. Para Myssior²⁰ (2007, p.39):

Essa prematuração do Homem, cujo desamparo ao nascer o faz dependente de um Outro para satisfação das necessidades vitais, faz com que os objetos que respondem a essas necessidades não permaneçam como objetos da necessidade e passem a tomar um valor simbólico, de trocas com a mãe (o olhar, a voz, o seio e, mais tarde, as fezes).

É fundamental que a criança esteja alojada no outro e que a mãe seja desejanter, para que a criança se constitua enquanto sujeito, caso contrário a criança ficará no

¹⁷ ALBUQUERQUE, Ivan de – psicografia de Francisco Espírito Santo Neto: *Adolescência – Causa da (In) Felicidade*. 2010, p.194.

¹⁸ Outro ou Grande Outro – expressão criada por Lacan para designar o campo simbólico, da linguagem, dos significantes que determinam o sujeito.

¹⁹ ABDON, Glaucy, A dinâmica familiar: A importância da função do pai e da mãe para a constituição do novo sujeito sob uma perspectiva psicanalítica. *Revista Psique* – Acesso em 12/01/2014 em <http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESPS/Edicoes/24/artigo70925-1.asp>.

²⁰ MYSSIOR, Silvia G., *Doenças e Manifestações Psicossomáticas na Infância e na Adolescência: Construindo uma interseção da psicanálise com a pediatria*, 2007, p.39.

lugar de objeto. Assim a criança será capaz de trocas simbólicas, capaz de outros investimentos objetais.

Sobre a constituição do sujeito, Elia²¹ (2010, p.36) descreve:

Esta diferença entre uma ordem social significativa e valorativa e uma ordem significante implica também, como consequência, que esta segunda ordem seja furada, subtraída da dimensão que lhe daria consistência e completude. Por essa importantíssima razão, o que chega ao bebê através do Outro materno não é um conjunto de significados a serem por ele meramente incorporados como estímulos ou fatores sociais de determinação do sujeito com os quais interagiria, a partir de sua carga genética, na “aprendizagem social” de sua subjetividade. O que chega a ele é um conjunto de marcas materiais e simbólicas — significantes — introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta que se chama de sujeito.

Na constituição do sujeito, alguns fatores são levados em consideração como a agregação de “coisas”, o reconhecimento, a organização auto erótica, o esforço para ser reconhecido e sua inserção no campo da linguagem.

Na dissertação de mestrado de Myssior²² (2007, p.39) ela destaca esta forma de comunicação da criança:

A criança emite o grito, mas não há como dizer que a criança seja capaz de uma intencionalidade, e sim que o interpretar é uma ação específica vinda do campo do Outro. A expressão do desconforto só fará sentido se quem cuida lhe atribuir um sentido. A mãe é elevada à posição de grande Outro porque a criança se encontra sujeita às palavras e às significações que lhe advêm do campo do Outro (os pais e o entorno).

Segundo Lacan, o “eu” se constrói à imagem do semelhante, a partir da imagem que é devolvida pela relação especular: “este sou eu”. Há também outra etapa que é o narcisismo, que se constitui em um investimento pulsional na imagem que vem do outro.

Ressaltamos também o lugar que o pai vem ocupar nas relações familiares, pois até então prevalecia a relação mãe – filho. A Função paterna tem por característica dar

²¹ ELIA, Luciano, *O Conceito de Sujeito*, 2010, p. 36.

²² MYSSIOR, Silvia G., *Doenças e Manifestações Psicossomáticas na Infância e na Adolescência: Construindo uma interseção da psicanálise com a pediatria*, 2007, p.39.

limites ao filho, mostrando ao filho que ele tem uma vida independente de sua mãe. Abdon²³ em seu texto sobre a dinâmica familiar comenta:

A função paterna e, portanto caracterizada por dar limites, trazer o filho a noção de lei. Isso se inicia muito cedo, quando o pai impede o bebê de ficar com a mãe em tempo integral, facilitando momento de ausência da mãe para com o filho. O pai entra num mundo que antes era só da mãe e do bebê; a função paterna é basicamente essa: permitir ao bebê que tenha sua vida própria, independente da mãe.

Ainda sobre a constituição do sujeito Elia²⁴, complementa:

Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido à palavra humanização) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá.

Para a constituição do sujeito é necessário que ele dependa de um outro, para que ele tenha um reconhecimento, uma função e um lugar, assim nos valorizamos a partir do lugar que ocupamos para este outro. Precisamos entender qual o lugar que o sujeito ocupa nos desejos de seus pais, para buscar entender sua subjetividade e como este foi se constituindo enquanto sujeito.

²³ABDON, Glaucy, *A dinâmica familiar: A importância da função do pai e da mãe para a constituição do novo sujeito sob uma perspectiva psicanalítica*. Revista Psique – Acesso em 12/01/2014 - <http://psiquescienciaevida.uol.com.br/ESPS/Edicoes/24/artigo70925-1.asp>

²⁴ ELIA, Luciano, *O Conceito de Sujeito*, 2010, p. 34.

4.2. A ADOLESCÊNCIA

“Ele é grande, tem ombros de ossos largos, anda um pouco curvo: isso passa, é o peso da adolescência. Ele é lento, ele é profundo, ele semeia devagar”.

Clarice Lispector²⁵

Esta frase de Clarice nos faz refletir neste período de descobertas, de mudança do corpo, da voz, da descoberta do sexo, do outro, dos grupos, dos segredos. Albuquerque²⁶ (2010, p.29) fala da adolescência sendo *“Uma estação da vida do ser humano onde se vai descobrindo a si mesmo e aos outros, construindo sua personalidade, formatando ideias e projetos de cunho pessoal”*.

WEDEKIND (1891), em sua peça de teatro: O Despertar da Primavera, na fala de Moritz, exemplifica bem esta fase de descobertas:

Desde que eu li o manual que você me escreveu, eu tenho essa sensação. Pênis e vagina. Talvez o meu mundo gire em volta disso também. Eu abri o meu livro de Francês e dei com aquilo. Fui e tranquei a porta. As linhas queimavam e as palavras pulavam pra cima e prá baixo. Eu acho que li quase tudo de olhos fechados. As suas explicações são estranhas – ao mesmo tempo são familiares. O que mais me perturbou foi o que você disse sobre as meninas. A sensibilidade delas tem a frescura de uma flor que brota na pedra. Ela ergue a taça (que nenhuma boca encostou) e toma o néctar, enquanto ele queima e brilha. O prazer do homem, comparado com isso, é inosso e miserável.

Nossos adolescentes, mesmo privados de liberdade são iguais a tantos outros jovens; eles amam, estudam, brigam, trabalham. Segundo Calligaris²⁷ (2000, p.9), os adolescentes.

Batalham com seus corpos, que se esticam e se transformam. Lidam com as dificuldades de crescer no quadro complicado da família moderna. Como se diz hoje, eles se procuram e eventualmente se acham. Mas, além disso, eles precisam lutar com a adolescência, que é uma criatura um pouco monstruosa, sustentada pela imaginação de todos, adolescentes e pais. Um mito, inventado no começo do século 20, que vingou, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

²⁵ LISPECTOR, Clarice, *A descoberta do Mundo*. 1999, p.522.

²⁶ ALBUQUERQUE, Ivan de – psicografia de Francisco Espírito Santo Neto: *Adolescência – Causa da (In) Felicidade*, 2010, p.29.

²⁷ CALLIGARIS, Contardo, *A Adolescência*, 2000, p.9.

Os termos: adolescência e a puberdade se confundem. A **adolescência** pode ser entendida como o processo de passagem da vida infantil para a vida adulta. Tem como marco inicial a eclosão da puberdade, as mudanças no corpo. Verifica-se também que a adolescência resulta de alterações estruturais e funcionais no organismo, da criança para o adulto e também do intenso desejo de autoafirmação, levando a conflitos interiores. Para a Psicanálise, a adolescência seria uma questão psíquica, uma resposta subjetiva à invasão do corpo pela puberdade. A **puberdade** tem sua origem na realidade biológica, compreende o conjunto das transformações somáticas que marcam o final da infância, sobretudo o surgimento dos caracteres sexuais secundários.

Com a puberdade vem a adolescência. Podemos estimar os 10 anos para o início nas meninas e 12 anos para os meninos. A criança dá lugar ao adolescente e este ao adulto que virá a ser. Nesta fase haverá o estirão do crescimento que é um processo de aceleração do crescimento físico, acompanhado das transformações hormonais, que provocam as alterações corporais evidenciadas pelo aparecimento de pelos pubianos, menarca, mamas, crescimento dos testículos e pênis, semenarca, barba, timbre de voz.

O ECA define a adolescência como a faixa etária compreendida entre 12 e 18 anos. A OMS²⁸ entende por adolescência a faixa etária entre 10 e 20 anos (exclusive). O livro de GRILLO e outros²⁹ (2012, p.13) explicita que a adolescência abrange três faixas:

1. *Adolescência inicial: dos 10 aos 14 anos: o indivíduo começa a apresentar e terá de conviver com as modificações do próprio corpo; em geral, o adolescente permanece circunscrito ao ambiente familiar e há, ainda, poucos esforços de sua parte em estabelecer separação dos pais.*
2. *Adolescência média: dos 14 aos 16 anos: época em que existe grande preocupação com a imagem corporal; há identificação com o grupo de iguais e os conflitos familiares são frequentes; a sexualidade, em geral, é, ainda, auto erótica, mas há franco interesse pelo sexo e muitos fazem sua iniciação sexual nesse momento.*
3. *Adolescência final: dos 17 aos 20 anos: momento em que é*

²⁸ Organização Mundial de Saúde

²⁹ GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha e outros. Saúde do Adolescente. NESCON. Belo Horizonte. 2012.

frequente a preocupação profissional e econômica; os relacionamentos são mais afetuosos, os namoros são mais frequentes e pode haver maior integração entre afeto e erotismo; nesse período, os valores e comportamentos estabelecidos podem ser bem próximos aos da vida adulta.

A autora Brasil³⁰ (2010, p.18) em sua tese define a adolescência como:

Um desdobramento do evento da puberdade, que determina a maturação corporal e genital, colocando o sujeito humano em condições de viver a genitalidade e de se reproduzir.

Hoje, a chegada da adolescência é cada vez mais prematura. O adolescente tem curiosidade por novas sensações e formas de expressão sexual: namoros virtuais, ficar. O acesso aos meios sociais e a mídia fazem com que os adolescentes tentem desvendar cada vez mais cedo este novo tempo. De acordo com Calligaris³¹ (2000, p.18),

O adolescente vive um paradoxo: ele é frustrado pela moratória imposta, e, ao mesmo tempo, a idealização social da adolescência lhe ordena que seja feliz. Se a adolescência é um ideal para todos, ele só pode ter a delicadeza de ser feliz, ou no mínimo, fazer barulhentemente de conta.

A adolescência é um momento contundente, e o adolescente tem que repensar seu papel na família. É o momento da mudança de perspectiva de ver a família, mas não há mudança se não tocar na emoção. Temos que avaliar qual o lugar que este adolescente ocupa na família e no desejo de seus pais, pois ele também tem seus desejos. Alguns adolescentes acabam por correr riscos, sem uma consciência de seus atos. *“Mas não se pode considerar a adolescência simplesmente como um período de transição, mas como parte de um processo de amadurecimento e de intenso aprendizado de vida”*. ADAMO³² (1985, p.16)

Nessa fase de mudanças, o adolescente se vê em crise. Está frente a um momento de elaboração de lutos, dos pais, da infância, da sexualidade, pois se perde entre a infância e o adulto, no qual quer ser reconhecido pelos pais. Como também deve se responsabilizar frente aos seus atos e saber se posicionar frente a vida, ocupando um novo lugar nas relações familiares e sociais. Nesse momento o adolescente

³⁰ BRASIL, Valéria S. *O Trabalho com Grupo de Adolescentes no Contexto Ambulatorial: a construção de um espaço de circulação, acolhimento e elaboração da palavra do adolescente*. 2010, p.18.

³¹ CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*, 2000, p18.

³² ADAMO, Fábio A. *Juventude: trabalho, saúde e educação*, 1985. p. 16.

deixa que as referências familiares passem a dar lugar às referências do meio em que convive. Vai então se constituindo através da apropriação do discurso dos outros. Rassial³³ (1997, p.76) sobre isto comenta:

O adolescente é confrontado com a distância entre a realidade de seus pais, que ele começa a perceber como sujeitos comuns, com seus conflitos, seus limites, seus desejos, e os pais ideais ou idealizados da infância que, por um tempo, encarnaram esse estatuto de adulto prometido para mais tarde.

Para Albuquerque³⁴ (2010, p.47), o sentimento de pertença por parte dos jovens evoca uma comunhão com os seus semelhantes e faz que ele se descubra no grupo, “estabelecendo relação, trocando ideias, mas sujeitando-se às suas normas e padrões”. Se este “jovem se declara independente deve estar preparado para assumir-se como integrante e atuante da polis (cidade)”.

³³ RASSIAL, Jean-Jacques. *A passagem adolescente: da família o a laço social*. 1997, p.76.

³⁴ ALBUQUERQUE, Ivan de – psicografia de Francisco Espírito Santo Neto: *Adolescência – Causa da (In) Felicidade*, 2010, p.47.

4.3. O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRAACIONAL

A medida socioeducativa tem natureza penal, caráter educativo e necessidade de uma limitação. Em 2008, em um seminário realizado pela SEDS, o Promotor Afonso Armando Koozen, define a medida socioeducativa como:

O modo legal de responsabilização do adolescente autor de ato infracional³⁵, em face da prática de uma conduta inadequada e destinada a prevenir a prática de novas infrações e propiciar adequada inserção social e familiar, através de vivências pedagógicas correspondentes às necessidades do infrator.

O ato infracional corresponde para o adolescente, ao crime dos adultos. O adolescente que comete um delito, uma infração, é julgado e pode receber uma medida socioeducativa, que variam desde advertência, reparação ao dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação, conforme a gravidade do ato infracional. Para o adolescente, o ato infracional é um apelo de inserção subjetiva e social, assim passa a ter acesso à cidade, à cidadania e aos seus direitos e deveres. Contardo Calligaris³⁶ (2000, p.39) trata a questão da delinquência e adolescentes:

Delinquência não é uma palavra excessiva, embora de fato pouquíssimos adolescentes se tornem propriamente delinquentes. Existe uma parceria de adolescência e delinquência, porque o adolescente, por não ser reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido “fora” ou contra ele – ou, o que dá na mesma, no pacto alternativo do grupo. Dentro ou fora da prática gregária, os jovens não desistirão de tentar suscitar a atenção e o reconhecimento dos adultos.

Considerando que a violência é um sintoma social e que para analisá-la devemos avaliar o contexto nos quais as pessoas estão inseridas, temos nossos adolescentes inscritos no crime, mas precisamos olhar a adolescência, compreendendo que essa etapa é única, e que nós adultos devemos saber orientá-los, protegê-los, incentivá-

³⁵ Adolescente autor de ato infracional: sujeito de direitos e deveres com idade entre 12 e 18 anos incompletos, julgado e considerado responsável por atos análogos a crime ou contravenção penal.

³⁶ CALLIGARIS, Contardo, *A Adolescência*, 2000, p.39.

los, dar espaço ao diálogo. As vulnerabilidades produzidas pelo contexto social no qual os adolescentes estão inseridos serão grandes obstáculos, dando vazão ao processo de exclusão, discriminação, falta de escolarização e entrada na criminalidade. Com estas questões há um aumento da mortalidade juvenil, aumento de armas de fogo, uso de entorpecentes e tráfico de drogas. Estes crimes, mortes e homicídios acontecem por disputa de territórios, conflitos e devido ao tráfico de drogas.

Um adolescente fez um relato contundente *“Achei que a única profissão que existia era a de pedreiro, na minha rua todo mundo é pedreiro, só via sacos de cimento, agora sei que existem outras profissões e que posso escolher”* (sic). Essa outra fala de um jovem de 19 anos também impressiona: *“Infância? Sei que isto não. Desde pequeno já estava no crime. Nunca soltei papagaio ou joguei bolinha de gude”* (sic).

A violência social não fica atrás, faz parte do cotidiano desses meninos e assim esses dão conotações ao sentido da violência. Muitas vezes viram seus pais e irmãos serem assassinados em sua frente, ou, segundo relatos de alguns: *“a única forma de se manter vivo, é matar”*. Avaliar o sentimento de revolta e indignação diante do ato violento e da crueldade daquele que o pratica é complexo, pois sua simplificação não nos ajuda na compreensão das histórias de vida. Porém, devemos ressaltar que, muitas vezes, os adolescentes não conhecem valores como o respeito, dignidade, amizade e solidariedade. Segundo Arantes,³⁷ (1999, p.83-102)

De maneira geral, podemos dizer que existe uma compreensão da complexidade e das dificuldades envolvidas na questão do ato infracional praticado por adolescentes, mas existem diferenças que dizem respeito à maneira como os diversos agentes se posicionam frente ao problema, diferenças estas que podem ser percebidas nos discursos e sentidos produzidos pela prática jurídica e social desses agentes e instituições. “Para uns, a questão pode ser mais facilmente reduzida aos seus aspectos técnicos, administrativos e jurídicos. Para outros, a questão é, antes de tudo, ético-política e econômico-social”

Faz-se necessário neste momento, resgatar do ponto de vista histórico, como a lei brasileira tratava os adolescentes infratores, segundo a revista MPMG Jurídico (edição especial de outubro 2007). Essa publicação destaca que a questão jurídica

³⁷ ARANTES, Rogério B., *Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos*. 1999, p. 83-102.

da responsabilidade penal dos adolescentes no Brasil teve várias fases, primeiramente em 1808 a imputabilidade penal³⁸ iniciava-se aos sete anos, a criança e o adolescente só eram eximidos da pena de morte, porém entre 17 e 21 anos podiam ser condenados à morte. Em 1830, a idade de imputabilidade era entre 14 e 17 anos, e se o delito fosse com discernimento eram recolhidos às casas de correção. Em 11/10/1890 é promulgado o Decreto nº 847 – art. 27 – art.30:

Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 anos completos;

§ 2º Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento;

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda á idade de 17 anos.

Em 1923 foram criadas as primeiras normas de Assistência Social, visando a proteção dos menores abandonados e delinquentes. O Decreto nº 16.273, também de 1923, reorganiza a Justiça do Distrito Federal e inclui a figura do Juiz de Menores. O Decreto nº 17.943-A de 1927 instituiu o Código de Menores. O Código Civil³⁹ que é o Decreto Lei nº 2.848 de 1940 acata a imputabilidade penal aos 18 anos. Em 1979, a Lei nº 6.697 estabelece o novo Código de Menores, estipulando a idade entre 14 aos 17 anos. Em 13/07/1990 é instituído pela Lei nº 8.069 o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê idade entre 12 aos 18 anos, para aplicação da medida socioeducativa, que tem natureza sancionatória e caráter pedagógico.

No âmbito mundial destacamos, que a realização do Congresso Internacional de Menores de Paris em 1911 e a Declaração de Gênova de Direitos da Criança adotada em 1924 pela Liga das Nações, foram decisivas para a afirmação do Direito de Menor, constituindo-se os primeiros instrumentos internacionais a reconhecer a ideia de um Direito da Criança.

³⁸ Imputabilidade penal é a incapacidade que tem o agente em responder por sua conduta delituosa, ou seja, o sujeito não é capaz de entender que o fato é ilícito e de agir conforme esse entendimento. Já de acordo com o ECA no seu art. 104, os menores de 18 anos são inimputáveis, isto é, não respondem pelos delitos como os adultos. Assim não cometem crime devido a inimputabilidade, sendo o ato infracional uma infração penal (crime ou contravenção).

³⁹ O Código Civil é quem fixa a capacidade civil.

Assim, o adolescente em conflito com a lei tem todas as garantias asseguradas⁴⁰, dentre elas o devido processo legal, princípio da tipicidade, predomínio dos princípios do Direito Penal Mínimo, gratuidade judiciária, direito de ser ouvido pela autoridade competente, direito a celeridade do processo, princípio da progressividade de medidas e direito de ampla defesa. O ECA estabelece que:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 15º. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Portanto nossas crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e deveres garantidos pelo ECA, que traz novas propostas e novos princípios para uma política de atendimento, e deixa claro a condição de proteção integral, para a condição social das crianças e adolescentes que viviam em uma situação irregular. Este reconhecimento foi o resultado de um processo construído, que foi marcado por grandes transformações tanto no âmbito social, como familiar. O imperativo ético social estabelecido pelo ECA é que tudo que é direito do adolescente é dever do adulto, contemplando inclusive um direito de proteção, o que não acontecia com o antigo Código de Menores.

Nossa experiência no trabalho com adolescentes privados de liberdade ensina que alguns pontos são fundamentais para reflexão: a vivência da infância no seio familiar, as carências afetivas, a dissolução das famílias, a ausência do pai, a pobreza, a difícil sobrevivência material, o consumismo. Estes fatores influenciam a entrada e a permanência na criminalidade. O abandono paterno, geralmente, surge como uma questão recorrente da infância inicial. Na maioria das vezes, não foram registrados pelo pai, ou ele é desconhecido, ou até mesmo falecido. O segundo abandono é quando a genitora deixa seus filhos sozinhos em casa para trabalhar, visto que, muitas vezes, não consegue creches para seus filhos, que crescem sem

⁴⁰ - Vide anexo 7.6

limites e achando que tudo podem. Quando a genitora chega após um dia de trabalho não existe diálogo e nem mesmo um carinho para com os filhos.

Dessa forma, nossas crianças e jovens em suas angústias e carências afetivas buscam o consumo de drogas, e acabam por encontrar “amigos” no tráfico. A partir daí, enveredam por um caminho que rapidamente depara com a criminalidade. Acrescenta-se ainda outros aspectos, como a influência da mídia, que vai impor valores de consumo, sem explicitar os meios lícitos para conquistá-los. As transformações percebidas nesses “amigos”, os qualificam a serem modelos para esses jovens em função do “poder” adquirido e da impunidade. Diante disto, começam a querer conquistar, a qualquer preço, uma posição na criminalidade.

4.4. IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS NA ADOLESCÊNCIA

Um grupo é um conjunto de pessoas que estão unidas entre si por compartilharem objetivos ou ideais em comum e se reconhecem interligadas a estes objetivos ou ideais.

Desde que nascemos já estamos inseridos em grupos. O primeiro grupo é a família e, a partir daí, vamos inserindo em vários outros, o grupo de amigos, da escola, do trabalho e outros. Como sujeito, estamos inseridos em uma sociedade, onde assumimos diversos papéis que construirão nossas vidas.

Nesta fase de transição da infância para a vida adulta, o adolescente vai reconstruir sua identidade e buscar fora da família os seus subsídios identificatórios, sendo que seus amigos serão fundamentais neste processo. É a partir da interação com outros papéis e valores, que o adolescente vai se identificando. Para Lacadée⁴¹ (2011, p.27):

Na fase de transição o adolescente está exigindo encontrar uma nova maneira de ser que se liga a um novo lugar, longe do círculo familiar, em outras companhias, quer viver como os outros, ser livre.

Em grupo os participantes se reconhecem como sujeitos e se veem inseridos em uma teia de relações sociais, onde sentem junto com o outro, se amam e se odeiam, estudam ou matam aula, brigam, compram as dores do grupo, trabalham ou simplesmente não fazem nada. Deixam as coisas acontecerem. CALLIGARIS⁴² (2000, p.9) coloca: *“Batalham com seus corpos, que se esticam e se transformam”*. Sentem a necessidade de se desvincularem da família e passam a viver pelos regulamentos do grupo ao qual estão inseridos.

Para a formação dos grupos, observamos alguns elementos básicos que promovem sua constituição, tais como: as razões pelas quais se formou aquele grupo, suas

⁴¹ LACADÉE, Philippe, *O Despertar e o Exílio*, 2011, p.27.

⁴² CALLIGARIS, Contardo, *A Adolescência*, 2000, p.9.

motivações e desejos, sua identidade, como é sua organização, liderança, cooperação, conflitos, controle, comunicação, suas relações grupais e autonomia.

A formação de grupos na adolescência contribui principalmente para o desenvolvimento afetivo e social do adolescente. Nessa fase, a formação dos grupos é fundamental para o exercício de papéis sociais. Verificamos que, quando o adolescente está em grupo, ele “perde” sua identidade, sendo levado na maioria das vezes, a realizar atos que normalmente se estivesse sozinho não os faria. Muito dos relatos destes adolescentes sobre o ato infracional é que “*fui na pilha do outro*” ou “*me deixei influenciar pela turma*”, de tal modo que a culpa sempre é direcionada ao outro.

Frente à sociedade, o adolescente, principalmente aquele que comete delitos, vem ocupando um dos espaços: de recusa ou de objeto, mas a inclusão social permite que ele se apodere de direitos civis e políticos. Entendemos a partir de nossa experiência, que o trabalho deve ser voltado para a escuta, pois esta é a chave de um segredo que está guardado. Nos surpreendemos nos grupos com a riqueza das falas de nossos adolescentes, que não eram ditas no atendimento individual.

Freud diz: “o ser humano nasce quando é valorizado”, Goethe em sua obra “Fausto” coloca que “A liberdade e a vida são ganhas somente por aqueles que as conquistam a cada dia”. Devemos reconhecer o valor intrínseco dos seres humanos e não podemos nos esquecer que esses jovens vivenciam a fase da adolescência, onde há busca de definições, possibilidade de escolhas e o desejo em “estar solto”. Nos grupos, temos a possibilidade de ouvir quem é este adolescente, que mesmo residindo em aglomerados, tem os mesmos desejos dos jovens das classes abastadas e encontra nos grupos uma oportunidade de expressar seu potencial criativo.

5. A EXPERIÊNCIA DE GRUPO COM ADOLESCENTES ACAUTELADOS

Em 2011 começamos o trabalho com grupos de adolescentes acautelados no Centro Socioeducativo Santa Clara que foram denominados por eles como RODA DE CONVERSA. A relevância do grupo veio aos poucos, a partir da aceitação das regras de convivência, pois antes era considerada só mais uma atividade. Inicialmente fizemos a divisão dos adolescentes em nove grupos com nove participantes, nos quais tivemos o cuidado de verificar junto à segurança se existia algum adolescente que tinha conflito com outro colega.

Os grupos constituídos foram: Grupo I - Esperança, Grupo II - Os Ressocializados, Grupo III - Cidadão, Grupo IV - Mudança de Vida, Grupo V - Caminhar, Grupo VI - Escritores da Liberdade, Grupo VII - Os Capacitados, Grupo VIII - Caminho para a Felicidade, Grupo IX – Liberdade.

No primeiro contato com os possíveis integrantes do grupo, explicamos como aconteceriam os encontros e quais eram as regras para participação. Levantamos as relações de amizade entre eles, realizamos um acordo relacionado ao sigilo frente aos assuntos tratados, ao respeito às falas e a posição de cada um frente a vida, e por último, à presença do agente socioeducativo.

Foi colocado para os componentes do grupo que os coordenadores, assistente social, enfermeira e o agente socioeducativo, seriam apenas mais um participante, independente da função que assumiam na Unidade. Esta questão foi importante para que houvesse confiabilidade dos adolescentes devido às falas de cada um, pois se sentiam mais livres para realizar comentários sobre o que os faziam sofrer, angustiar, alegrar. Por exemplo, no regimento interno da Unidade constitui-se falta falar palavrões e nestes casos o adolescente deveria cumprir uma sanção. No grupo, como definimos ser um espaço do adolescente, onde ele poderia desabafar e trazer questões que pudesse partilhar com o grupo, ele teria esta liberdade.

Um adolescente questiona se era verdade, se naquele lugar ele poderia de fato ser ele e falar livremente; e ao ser informado que era verdade disse bem alto: “*Putá que*

pariuuuuu! Agora me sinto aliviado” (sic). Houve um silêncio absoluto entre os participantes, que olhavam para o agente socioeducativo e aguardavam o desfecho do ocorrido. Mas o coordenador ao questionar se somente isto o aliviava e ele tendo respondido afirmativamente, todos riram e a partir deste momento se soltaram. Este episódio fez crescer a confiança tanto nos coordenadores quanto nos participantes. Era como se fosse uma sociedade secreta, se a porta da sala era aberta, o silêncio vigorava em “meio sorrisos”.

Os segredos, medos ou aflições começaram a vir à tona em busca de auxílio. Relatos que não apareciam nos atendimentos técnicos, com medo de irem parar nos relatórios que eram enviados ao judiciário, começavam a aparecer com mais constância. Lacadée⁴³ (2011, pg.23) comenta a posição do adolescente frente ao encontro com um psicanalista e que também percebemos ser possível no grupo:

O espaço de liberdade de fala que oferecemos aos adolescentes quando o recebemos no âmbito de uma sessão analítica delinea um quadro em que se oferece ao sujeito a via do novo no dizer.... O novo surgido no dito pode, então, orientar uma fala inédita, uma nova tomada de posição na língua, permitindo ao adolescente traduzir a via nova que a ele oferecida.

O trabalho com grupos passou a fortalecer os vínculos afetivos entre os componentes, houve a promoção da convivência, do sentimento de pertencimento, acolhimento, autoestima, comunicação, interação, troca de experiências e até mesmo uma cumplicidade entre o grupo.

O primeiro grupo constituído foi denominado “GRUPO ESPERANÇA”. Neste grupo, aconteceram dois momentos distintos: no primeiro, dois adolescentes se agrediram verbalmente, os agentes socioeducativos chamaram a atenção e aguardaram a pedido dos coordenadores. Os demais integrantes começaram a realizar intervenções com os envolvidos. Após se acalmarem, o inusitado aconteceu, eles se desculparam e pediram desculpas aos demais participantes do grupo. Não houve contenção⁴⁴. Uma citação de Volpi⁴⁵ (1997, p.28) nos ajuda a refletir sobre esse momento:

⁴³ LACADÉE, Philippe, *O Despertar e o Exílio*, 2011, p.23.

⁴⁴ Técnica comum utilizada na internação para recuperar a estabilidade, evitar ações e impedir movimentos de massa

“Os que forem submetidos à privação de liberdade só o serão porque a sua contenção e submissão a um sistema de segurança são condições sine qua non⁴⁶ para o cumprimento da medida socioeducativa. Ou seja, a contenção não é em si a medida socioeducativa, é a condição para que ela seja aplicada. De outro modo ainda: a restrição da liberdade deve significar apenas limitação do exercício pleno do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condição para sua inclusão na perspectiva cidadã”.

A agressão verbal também teve outra função, levantar a questão das drogas e discutir o maior problema que os adolescentes enfrentavam no meio em que vivem, pois tudo aconteceu devido a um adolescente ter chamado o outro de noiado⁴⁷ e ele se reconhecer como um dependente no decorrer dos encontros.

Assim, buscamos um trabalho que alcançasse este adolescente e no qual o agente socioeducativo não fosse visto como segurança, mas como um aliado. Também observamos que cada um no grupo buscou uma forma de lidar com seus problemas frente à situação em que estavam vivenciando.

No segundo momento, um dos adolescentes contou sobre sua experiência quando conheceu uma instituição para crianças portadoras de paralisia cerebral. Relatou que este foi o melhor momento que viveu em sua vida. Esta discussão permaneceu por mais dois encontros, quando se propuseram a fazer um projeto para visitar esta instituição filantrópica, que se chama Núcleo Caminhos Para Jesus.

Em relação a essa atividade, para que o grupo pudesse realizar a visita seria necessário apresentar um projeto para a direção do Centro Socioeducativo com o objetivo primeiro de conhecer a proposta, para assim obter autorização de visita para todos os envolvidos. Após longos debates começaram a traçar o projeto e a finalizá-lo. Um dos termos acordados com o grupo seria a obrigatoriedade de que os participantes não se envolvessem em ocorrências negativas, ou seja, sanção

⁴⁵ VOLPI, M. (org.). *O adolescente e o ato infracional*, 1997, p.28

⁴⁶ *Sine qua non* ou *conditio sine qua non* é uma expressão que originou-se do termo legal em latim que pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode ser”. Refere-se a uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial.

⁴⁷ Usuário de droga

disciplinar, pois se um integrante a recebesse, todo o grupo seria penalizado e a visita não aconteceria.

Entretanto, aconteceu que um dos adolescentes recebeu uma sanção disciplinar. Foi comunicado ao grupo esse problema e todos os adolescentes realizaram intervenções com o jovem que infringiu a regra e juntos optaram por aguardar o final da sanção deste adolescente para que todos pudessem realizar a visita na instituição. Importante, e ao mesmo tempo interessante, foi observar a intervenção que realizaram: *“Mano, nós somos uma família e não vamos deixá-lo para trás, mas não foi legal o que fez ao grupo. Agora ficamos prejudicados, vê se não apronta de novo. Se fizemos um compromisso temos de cumprir e vamos esperar sua comissão acabar para acontecer a atividade externa”* (sic). O adolescente ficou sensibilizado e pediu desculpas aos colegas.

Após a construção do projeto, não satisfeitos, realizaram na Unidade e com seus familiares uma campanha para arrecadar doativos para doarem a essa instituição. Este projeto construído pelos adolescentes, fez com que nós, por inúmeras vezes nos emocionássemos, ao longo de sua montagem, divulgação e recebimento dos doativos. A campanha foi um sucesso e envolveu também os familiares que se mobilizaram para atingir a metas dos filhos.

Nestes onze encontros semanais que aconteceram com o Grupo ESPERANÇA, ressaltamos que a adesão e frequência foi de 99,9%. Quanto ao horário estipulado, o início da Roda de Conversa era às 14 horas e a finalização às 16 horas, mas por inúmeras vezes o encontro foi finalizado às 17 horas, sendo que tínhamos que mandá-los embora, pois não queriam sair daquela sala e chegavam até a dizer: *“Vocês podem ir que já está no horário, mas o Praça⁴⁸ fica”* (sic).

No que tange as sugestões para a escolha do nome para o grupo, cada um dava sua sugestão, como: Sete Heróis, Os Capacitados, Os Sete Adolescentes, Os Sete Pensamentos Positivos, A Busca da Liberdade, Superação Entre Papos, Ainda Existe Esperança Para Todos, Esperança, Esperança Para Todos, Direito de

⁴⁸ Agente socioeducativo Luiz Carlos

Liberdade, Se Liga na Conversa, Os Últimos Serão os Primeiros, Papo Limpo. Os nomes sugeridos nos fizeram também avaliar as expectativas em relação aos encontros. Finalmente optaram por “Esperança”, relatando que ela os impulsionava à mudança, à espera de um dia melhor, de receber a liberdade, de poder reconstruir suas vidas, com oportunidade de realizarem um curso, e de serem desligados da MSE com trabalho.

Relacionamos um sucinto comentário em relação aos temas abordados pelos integrantes a cada encontro:

No primeiro encontro foi realizada a apresentação da proposta, a forma de trabalho com grupos e as condições de funcionamento. A adesão foi voluntária. Foi pedido que houvesse sugestões de atividades para os encontros. Um dos adolescentes apresentou para os demais participantes o que nomeou “*melhor passeio de sua vida*”, ocasião em que foi visitar o Núcleo Caminhos Para Jesus. Este comentário fomentou nos demais uma curiosidade em relação ao trabalho do Núcleo. Sugeriram que no próximo encontro fosse passado um filme.

No segundo encontro foi realizado o “Cinema Comentado”, onde foi exibido o filme: *Escritores da Liberdade*.⁴⁹ Após assistirem o filme, ficaram bastante pensativos e em silêncio. Depois discutiram sobre a possibilidade de mudanças que podem ocorrer em cada um de nós, avaliando que na medida em que realmente a quisermos, tudo se torna possível. Falaram das lutas, das escolhas, do poder em acreditar e sobre o respeito.

No terceiro encontro, os adolescentes solicitaram ajuda para a busca de informações sobre o Núcleo Caminhos Para Jesus. Utilizaram a internet e receberam Boletim informativo da instituição. Objetivo do grupo: apresentar proposta para que a direção do Centro Socioeducativo deliberasse sobre a solicitação da visita.

⁴⁹ Vide anexo V

No quarto encontro, o grupo deu início a elaboração do projeto que visava a visita da instituição Núcleo Caminhos Para Jesus. Como estratégia do grupo, cada um teve que opinar e todas as sugestões, críticas, o que poderia ou não dar certo, foram colocadas no papel. Trabalharam muito.

No quinto encontro, os adolescentes continuaram a escrita e realizaram a finalização do projeto de visita. Solicitaram aos coordenadores que agendassem a participação do diretor de segurança e geral no próximo encontro para que apresentassem a proposta.

No sexto encontro, houve a apresentação do projeto para a direção do Centro Socioeducativo. Após aprovação, ficaram eufóricos e iniciaram a elaboração do material da campanha “*Com olhos para o futuro*”⁵⁰, para arrecadar donativos.

No sétimo encontro, os adolescentes realizaram a criação do material da campanha, caixa para que se colocassem os donativos e convites a serem distribuídos aos visitantes e comunidade socioeducativa. Durante três visitas dos familiares aos adolescentes na unidade, o grupo realizou a exposição da campanha aos visitantes. Falaram sobre a necessidade de ajuda ao Núcleo.

No oitavo encontro aconteceu a discussão sobre o ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, que estava completando 21 anos. Esta atividade foi proposta pela direção da Unidade, pois havia vários movimentos, encontros e debates acontecendo na sociedade sobre a “maioridade do ECA”. Assim conversamos com os participantes sobre o quê o ECA apresentava para cada jovem brasileiro, os avanços, a garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

No nono encontro houve um momento de grande expectativa, pois fomos realizar a visita ao Núcleo Caminhos Para Jesus. Durante a visita eles interagiram bem com os pacientes, tanto com as crianças, quanto com os idosos. Foram muito receptivos e carinhosos com os pacientes. Alguns se emocionaram e em

⁵⁰ Campanha criada pelos adolescentes para divulgarem a Instituição Caminhos para Jesus e conseguirem donativos para que pudessem doar. O nome da campanha foi sugerido por um adolescente e teve total aceitação.

determinados recintos não conseguiram entrar. No retorno à Unidade, voltaram mais introspectivos, vários comentários foram verbalizados, sendo que um foi mais comum a todos: *“nunca mais vou reclamar da vida”*.

No décimo encontro, foi realizado um balanço da campanha e o grupo fez relatos sobre os acontecimentos ocorridos na visita. Comentaram sobre a visão do crime e a visão da vida real. O adolescente que no primeiro encontro apresentou o Núcleo Caminhos para Jesus fez um poema de agradecimento à Comunidade Socioeducativa pelas doações.

No décimo primeiro encontro, os adolescentes solicitaram a exibição de um novo filme. Realizado o Cinema Comentado, com o filme ***Mãos Talentosas***⁵¹. Realizaram comentários sobre as possibilidades que a vida apresenta e que não agarramos; das possibilidades viáveis, do racismo. Iniciaram um novo debate para a construção de outros projetos.

A partir deste momento vivido pelo grupo, as demandas começaram a aparecer. Os adolescentes participavam voluntariamente dos grupos e quando por razões adversas a Roda de Conversa não acontecia, as cobranças por parte dos adolescentes eram muitas. Começavam a dizer que tudo o que era bom, parava de acontecer, que estávamos de “tiração”⁵², que o grupo não podia acabar, que tinha que acontecer todo dia. Essas falas somente incentivaram os coordenadores do grupo a continuarem o trabalho.

Os agentes socioeducativos definidos para acompanhá-los passaram a serem escolhidos entre aqueles com os quais os adolescentes tinham maior vínculo e também nomeados como aqueles que davam boas ideias.

As sugestões de temas para os encontros dos grupos, desde o início foram sobre drogas, sexo, filmes, músicas. Em relação às sessões de filmes, após assistirem, aconteciam os comentários e por isso passamos a chamá-las de Cinema Comentado. Para a escolha da exibição dos filmes, havia uma lista de sugestões

⁵¹ Vide anexo V

⁵² Termo utilizado pelos adolescentes quando acreditam que as pessoas não o querem ajudar.

trazida pelos coordenadores e a partir dela os adolescentes sempre faziam uma votação para a escolha definitiva. Quando esta sugestão era oferecida pelos adolescentes, os coordenados avaliavam se o filme utilizava de elementos morais que pudessem proporcionar reflexão para engrandecimento do ser. Filmes que faziam apologia ao crime, às drogas ou violentos, não eram exibidos.

5.1. COMENTÁRIOS DOS ADOLESCENTES DURANTE OS ENCONTROS

Das definições:

“Parceiro é aquele que vive com você no dia-a-dia. Amigo é aquele que está com você em todos os momentos. No errado, te ajuda no certo. Colega é aquele que põe pilha, que leva e traz, que é x9”.

Sobre o papel de cada um nos grupos:

“Vamos deixar que Ângelus fale, pois ele fala melhor. Ele sabe tudo, consegue conversar direito”.

“Eu posso ser o redator? ”

“Eu vou em casa no final de semana, quem vai recepcionar e fazer a propaganda aos visitantes? ”

“Eu vou ensinar vocês a fazerem o coração de origami. Sei fazer muitas coisas e posso ensinar”.

Sobre os encontros do grupo:

“Nosso encontro pode ser semanal? Vai demorar muito até a gente se reunir de novo”.

“Que dia vai ser o próximo encontro? Não vai demorar vai? Tudo o que é legal para de acontecer”.

“Quero participar de todos os grupos. Pode? ”

Sobre a relação com o outro:

“Não dá para ficar aqui com ele. Ele é noiado⁵³”.

“Olha o John aí, que bom que você voltou para o grupo. O bom filho a casa volta. A gente é uma família”.

“Não podemos realizar a atividade, Faustus não está aqui. Vamos esperar por ele para vermos o filme. Hoje podemos só conversar? ”

- *“Você aprendeu a escrever? ”*

- *“Só meu nome”.*

- *“Quem te ensinou? ”*

- *“A professora Elisa”.*

- *“Que legal! Tá vendo a professora faz de tudo para te ensinar e você a trata deste jeito? Tá na hora de você agradecer e aceitar esta ajuda”.*

Sobre a não responsabilização:

“Não espero mais nada da internação, aqui é a mesma coisa: levantar, tomar café, ir para as oficinas, almoçar, ir para a escola e ficar de tranca, tô legal disto”.

“O cara foi burro, ele podia ter ajudado mais sua mãe se tivesse entrado no crime. Podia ter roubado” (comentário sobre o filme Mãos talentosas).

Sobre a responsabilização:

“A maioria não se arrepende do que faz, o mundo é redondo pra ninguém se esconder no canto.”

⁵³ Usuário de drogas

“Prá menor, não dá nada. Mentira: tô preso”.

“Achava que ficar preso era ruim. Mas a gente aprende”.

“Na vida tem duas estradas: um caminho estreito e o outro o caminho largo. Tenho que escolher o melhor caminho”.

“Eu pensava de outra forma no início da internação, pensava só em zoar tanto aqui dentro, como lá fora quando eu saísse. Hoje penso diferente, depois dos atendimentos com a técnica, penso em trabalhar, ajudar minha mãe. Não quero que ela passe por essa humilhação mais, não quero dar desgosto a ela de novo não. A prisão foi boa pra mim, se eu não tivesse sido preso, hoje nem sei o que seria de mim. Com certeza estaria morto, mudei muito meu jeito de pensar. A vida do crime te dá tudo, mas o mais importante ela tira, a liberdade”.

“Não quero ir pra casa, não me sinto seguro, tenho medo de não voltar, é muito pouco tempo. Minha família é grande, tenho medo de não conseguir ver todos e acabar não voltando. Quero sair de uma vez, sem voltar, de cabeça erguida”.

“Quando estamos aqui é que refletimos sobre a falta do pai e da mãe. Aqui não há perda e sim ganho”.

“Quero sair pela porta da frente”.

Sobre o processo de reflexão após as sessões do cinema comentado

“Você tem capacidade de mudar. Se você não mudar, ninguém vai acreditar em você”.

“Se não acreditamos no outro, não tem como vencer”.

“Ela não é x9. Vocês perceberam que no início do filme, o pai dela foi preso por um crime que não cometeu? Então ela só não deixou acontecer com aquele

adolescente o que aconteceu com o pai dela, ser julgado e condenado por um crime que não é dele”.

“O crime não compensa. A gente entra pela ganância. Você é tão burro. A família fala, a família batalha e você só dá desgosto. A polícia aconselha e pede para você ter vergonha na cara. Fazem seu trabalho”.

“A droga vem para ocupar a mente, e você não tem noção de nada”.

“A gente vive a violência. Achamos que é só do nosso jeito. Mas é só se esforçar”.

“Na vida, a gente não pensa. Só quando está no fundo do buraco. O socioeducativo é um tratamento”.

“Os atendimentos com o técnico ficam na mente. No início a gente fica com vergonha de falar. Mas é preciso confiar”.

“Quando eu tiver filhos, não vou dar este exemplo. Vou conversar. Tem uns que deixam o filho jogado, abandonam os filhos, não vê o pai, cresce sem o pai. Mas quando está morrendo pensa em Deus...”

“Se não conseguimos entender a necessidade do outro, não podemos ficar com ele. A necessidade dela naquele momento era ajudar aqueles adolescentes”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o trabalho com grupos, buscávamos uma nova maneira de ouvir os adolescentes em suas “entrelinhas”, no que guardavam para si, e ainda conseguir apreender como as diferenças subjetivas confundiam suas cabeças: *“Deus fez homem e mulher, ser homossexual é falta de vergonha na cara”* (fala do grupo). Mas, com o decorrer do tempo, os debates aconteciam e passaram a respeitar as escolhas do outro, aprendendo com as diferenças.

Inicialmente a grande demanda de temas para a discussão nos encontros era sobre “drogas”, pois a mesma era vista como algo que possibilitava a busca do prazer, do desejo, de serem aceitos no grupo. A droga é, para o adolescente, *“um rito de passagem⁵⁴, a fuga de seus problemas”* (fala do Grupo). Sobre uma nova droga, comentavam: *“A Oxi, acho meio difícil, ela só chega na favela daquele “naipe”. Essa droga é nova. Foi lançada depois que fomos presos. Eu não conheço. Tá doido? Ela é pior que o crack!”* (Sic adolescente).

Os coordenadores do grupo eram levados pelos adolescentes a participar da realidade de cada um deles. As relações antes conturbadas com os agentes socioeducativos passavam a ser de confiança, e eles eram percebidos como *“aquele que dá boas ideias, que sabe conversar e ouvir, aquele que não Xnova o que escutou”* (sic/adolescente).

Foram tantas questões que apareceram em onze encontros, que fizeram com que percebêssemos a riqueza de pontos existentes e a serem trabalhados.

Com o decorrer dos encontros do grupo observamos que os adolescentes estavam aprendendo a se respeitar e a aceitar as diferenças. As decisões eram tomadas em

⁵⁴ Ritos de passagem são celebrações que marcam mudanças de status de uma pessoa no seio de sua comunidade.

conjunto. Caso alguém não estivesse presente no dia do encontro, para assistir um filme ou uma música, optavam por aguardar até que todos estivessem reunidos. Intervenções diversas aconteciam entre os adolescentes no grupo como: elogios, pedidos de ajuda e discussão sobre comportamentos inadequados.

Na Unidade observava-se uma melhora comportamental em relação a transgressões de regras, fato que vinha afetando as famílias, que comentavam que seus filhos estavam “gostando muito” dos encontros. Estas começavam a se mostrar mais participativas na “medida socioeducativa” do jovem, buscando orientações para lidar melhor com ela. *“Aqui, tudo bem. O problema é a família” (sic: agente socioeducativo).*

Ao final consideramos que os resultados proporcionados aos adolescentes pela experiência dos grupos, fez com que houvesse uma reflexão sobre o processo de vida de cada um, de suas qualidades e habilidades, bem como um responsabilizar-se por suas escolhas e as possíveis consequências destas em suas vidas. Na época do trabalho relatado, dos 65 adolescentes acautelados, 99% tiveram participação efetiva nos grupos. Os encontros aconteciam toda quinta-feira; e assim permanecem até hoje.

A Roda de Conversa nos apresentou novas possibilidades de reeducar, melhorou a relação de confiança que foi estabelecida pela função simbólica da linguagem falada, o que nos remete ao que Manoel Torres diz: *“A ciência pode decifrar os órgãos do sabiá, mas não pode medir seus encantos”*. É assim que os coordenadores do grupo ainda se encontram, no encanto de um projeto que continua dando certo e rendendo frutos.

Percebemos que, os encontros da Roda de Conversa foram importantes para que pudessem acontecer debates, trocas de experiência, discursões e consenso. Sabemos que os grupos não darão conta de tanta complexidade, mas é um espaço que deve ser considerado como uma possibilidade de trabalho com alcance diferenciado e a ser explorado. Pois, entrar no mundo de nossos adolescentes, proporciona uma visão mais realista deste mundo que é vivenciado por eles, e desse modo podemos fazer com que sejam construídas novas formas de trabalho e fazer a

diferença na vida de cada um deles. É um desafio, que trabalhado com persistência torna-se possível.

7. Anexos

7.1. Anexo I: VISITA AO NÚCLEO ASSISTENCIAL CAMINHOS PARA JESUS – ELABORADO PELO GRUPO ESPERANÇA

Em primeiro lugar, deve ser ressaltado que a ideia de levar os adolescentes à instituição filantrópica foi dos próprios adolescentes, em uma reunião realizada com a assistente social, a enfermeira e o agente socioeducativo, onde começaram a elaborar o projeto.

O intuito dessa reunião foi o de buscar soluções e alternativas para conquistar a confiança dos adolescentes através do lúdico, visitas a entidades filantrópicas, etc.

A decisão de elaborar este projeto veio do conhecimento pregresso da Instituição Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, localizado à Rua José Ferreira Magalhães, 341 - Bairro Floramar, em Belo Horizonte. É uma instituição filantrópica que presta assistência, há mais 37 anos, a pessoas carentes. Possui três unidades: Casa do Caminho, Casa da Esperança e Centro Educacional Especial “Sérgio de Freitas Pacheco”.

De acordo com o Jornal dos Amigos do Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, a Casa do Caminho abriga crianças portadoras de paralisia cerebral, resultado de uma lesão ou um mau desenvolvimento do cérebro de caráter não progressivo, mas irreversível.

O interno da Casa do Caminho tem procedências diversas: alguns vieram encaminhados pela extinta FEBEM, outros pelo Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar e outros, ainda, pelas suas famílias, que se sentiam incapazes de atendê-los adequadamente.

A fim de que seja aguçada e se tenha interesse pela visita, não vamos descrever mais sobre a instituição Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. Sendo assim, contamos com a colaboração de todos da comunidade Centro Socioeducativa.

Objetivos do Projeto: Fazer com que o adolescente possa:

- Acreditar no ser humano e nas suas capacidades;
- Valorizar a família;
- Valorizar a saúde;
- Doar um pouco de si através do sorriso, da palavra, do olhar;
- Saber distinguir solidariedade de piedade.

Mesmo com suas deficiências e limitações, aquelas pessoas ensinaram muito sobre valores, doenças, espiritualidade, superação e resistência. Enfim, muito se aprendeu e se emocionou, visitando aquele local.

7.2. ANEXO II – CONVITE

O convite foi elaborado pelos adolescentes que em conjunto confeccionaram 100 corações de origami. Três adolescentes que conheciam a arte de fazer a dobradura, ensinaram a todos os componentes do grupo e em seguida realizaram a colagem nos convites.

A campanha teve o nome: “*Com olhos no futuro*”.



Transcrição do convite:

Grupo Esperança

Convida você e sua família a participarem da campanha “Com olhos no futuro” em prol das crianças do Núcleo Assistencial Caminhos Para Jesus.

Contribua com doações de fraldas e itens de higiene pessoal.

Agradecemos sua colaboração.

7.3. ANEXO III – POEMA DE AGRADECIMENTO

DIGNIDADE E VALOR⁵⁵

*Eu tenho dignidade e valor
 Eu sou único
 Eu mereço respeito e respeito único.
 Eu sou parte da família humana
 Eu tenho algo especial para oferecer ao mundo.
 Eu tenho um compromisso com um mundo de paz para todos nós
 Eu sou importante e você também.
 Eu tenho que lutar para realizar aquilo a que me propuser
 E você também deve
 Eu e você somos a solução para a paz.
 A paz se constrói a cada instante.
 Muitos de nós sabemos
 Que a paz não se estabeleceu de uma vez por todas
 E para sempre
 Então pensem bastante
 Em tudo o que é preciso fazer para construí-la
 E evitar a guerra.
 A paz pode ser semeada em qualquer lugar
 O tempo todo.
 Ela se constrói quando aprendemos
 A história do mundo
 Quando dialogamos com aqueles que tem ideias diferentes
 Surgem novas justiças para ter paz*

*O Grupo Esperança agradece a todos que contribuíram com a Instituição Caminhos para Jesus. Foram 10 caixas doadas entre material de higiene, alimentos e roupas.
MUITO OBRIGADO!!!!!!!!!!!!*

⁵⁵ Poema escrito pelo adolescente que sugeriu a visita.

7.4. ANEXO IV - MINIDICIONÁRIO DA LÍNGUA DOS ADOLESCENTES:

Criamos uma língua, à medida que, a todo instante, lhe damos um sentido, uma mãozinha, sem isso a língua não seria viva. Ela é viva porque a criamos a cada instante.

Jacques Lacan⁵⁶

Durante os encontros dos grupos, os adolescentes utilizaram palavras próprias de seus vocabulários e foram nos ensinando o significado, os quais transcrevemos abaixo.

“As questão” – material de higiene

Bandeco – marmiteira, prato de comida

Bobo – relógio

Boi – banheiro

Boi bravo - defecar (banheiro)

Bolado – nervoso

Brava – formato cilíndrico

Bumba bumba – bater portas e janelas

Capa – janela, porta

Capivara – matar mulher grávida

Chia – me dá, trazer

Chiou tek – jogar comida

Chuí – banho

Coco – bola

Colocar no seguro – fazer com que a pessoa fique presa à ela, safado

Cu de cachorro – compartimento de segurança da viatura

Curuja – cueca

De boa – tranquilo

Descida - visita domiciliar

Desligamento – receber o alvará de soltura

⁵⁶ LACADÉE, Philippe. *O despertar e o exílio*, 2011, p.7.

“É o que tem para hoje” – necessidade, justificar o dia
Fazer o corre – pedido de ajuda
Ficar de boa – tranquilo
Fumar o tody - firme
Galo doido – quando se está fazendo algo errado e vem chegando alguém
Grampo – algema
Hora extra - mandar matar
Intocar – entrar no alojamento
“Já é” – palavra de homem
Jeca – cama
Jecão – estuprador
Keper – boné
Lombrou – errado não pode, agente na captura
Marrocos – pão
Mil grau – bacana, gostoso
Noiado – drogado, usuário de droga
Pagar de louco – não responder
Parreco - anca
Passa visão - o que eu quero
Peita – blusa
Pela orde - tranquilo
Ph – papel higiênico
Piar - ir
Pista – local onde ficam em espaço de convivência
Pranchar - bater
Suave - tranquilo
Subir o gás – mandar matar
Tá tirando – tá me excluindo
Táxi – chinelo
Tex - marmitex
Tiração – exclusão
Thela – cerveja
X9 – delator.

7.5. ANEXO V – SINOPSE DOS FILMES EXIBIDOS NO CINEMA COMENTADO:

ESCRITORES DA LIBERDADE

Esse filme, conta a história da professora Erin Gruwell que assume uma turma de alunos problemáticos de uma escola que não está nem um pouco disposta a investir ou mesmo acreditar naqueles garotos. No início a relação da professora com os alunos não foi muito boa, pois a professora é vista como representante do domínio dos brancos nos Estados Unidos. Suas iniciativas para conseguir quebrar as barreiras encontradas na sala de aula vão aos poucos resultando em frustrações. Apesar de muitas vezes apresentar desânimo nas chances de um resultado positivo no trabalho com aquele grupo, Erin não desiste, levanta a cabeça e segue em frente. Mesmo não contando com o apoio da direção da escola e das demais professoras, ela acredita que há possibilidades de superar as mazelas sociais e étnicas ali existentes. Para isso cria um projeto de leitura e escrita, iniciada com o livro “O diário de Anne Frank” em que os alunos poderão registrar em cadernos personalizados o que quiserem sobre suas vidas. Ao criar um elo de contato com o mundo, Erin fornece aos alunos um elemento real de comunicação que permite aos seus alunos se libertarem de seus medos, anseios, aflições e inseguranças. Erin consegue mostrar aos alunos que os impedimentos e situações de exclusão e preconceito podem afetar a todos, independentemente da cor, da pele, da origem étnica, da religião, dentre outros, vão existir sempre e em todos os lugares e que quando se quer algo tem que se lutar até o fim. Aos poucos, os alunos vão retomando a confiança em si mesmos, aceitando mais o conhecimento, e reconhecendo valores como a tolerância e o respeito ao próximo.

MÃOS TALENTOSAS

Dirigido por Thomas Carter e produzido pela Sony Pictures. Menino pobre, negro, filho de mãe separada e analfabeta, Ben era um aluno com baixíssimo rendimento, que sofria preconceito por parte de seus colegas e que se achava completamente incapaz de ser e conseguir algo na vida. Entretanto, sua mãe, maior incentivadora do futuro neurocirurgião, faz de tudo para que ele acredite em seu potencial e quando ela se depara com a biblioteca de seu patrão, percebe o que poderia ajudá-lo a mudar seu futuro. Ben transformou seu futuro e a imagem sobre si mesmo, fazendo com que aquele menino que se achava “burro” e incapaz, se transformasse em um grande neurocirurgião, reconhecido por seus trabalhos pioneiros.

7.6. ANEXO V – PRINCÍPIOS JURÍDICOS BÁSICOS

Princípios jurídicos básicos	C.I.D.C.	Regras de Beijing	ECA
1. Princípio da humanidade: Baseia-se no princípio da responsabilidade social do Estado e na obrigação de assistência para o pleno processo de ressocialização do detento. Deriva, daqui, a proibição de castigos cruéis, desumanos e degradantes.	Artigo 37, incisos “a” e “c”	Artigo 1 – 1.4	Artigo 111 – III Artigo 124, III Artigo 206
2. Princípio da legalidade: traduz-se na proibição de existência de delito e pena sem prévia existência de lei anterior que o tipifique.	Artigo 37, inciso “b” Artigo 40, inciso 2	Artigo 2 - 2.2.b Artigo 17, 1b	Artigos 137 e 198
3. Princípio da jurisdicionalidade: Pressupõe existência dos requisitos essenciais da jurisdição: juiz natural, independência e imparcialidade do órgão.	Artigo 37, inciso “d” Artigo 40, inciso 2	Artigo 14 – 14.1	Artigo 110
4. Princípio do contraditório: Pressupõe uma definição de papéis processuais (Juiz, Defensor, Ministério Público).	Artigo 40, inciso 2b	Artigo 7 – 7.1	Artigo 143
5. Princípio da inviolabilidade da Defesa: Pressupõe a presença de um defensor técnico em todos os atos processuais, desde o momento da imputação até a sentença final.	Artigo 37, inciso “d” Artigo 40, inciso 3	Artigo 7 – 7.1 Artigo 15 – 15.1	Artigos 15, 16 e 17
6. Princípio da impugnação: Pressupõe possibilidade de recurso à instância superior.	Artigo 37, inciso “d” Artigo 40, incisos 2.b, V	Artigo 7 – 7.1	Artigos 110 e 116
7. Princípio da Legalidade do Procedimento: O procedimento processual deve estar fixado por lei e não dependente da discricionariedade do órgão jurisdicional.	Artigo 40, inciso 2b, III	Artigo 17 – 17.4	Artigo 111
8. Princípio da Publicidade do Processo: Refere-se à possibilidade dos sujeitos processuais de terem acesso às atas do processo. Refere-se também à proteção da identidade das crianças e adolescentes para evitar-se o estigma.	Artigo 40, inciso 2b, VII	Artigo 8 – 8.2	Artigos 110 e 111

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – *Socioeducação – Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa*. Brasília, 2006 – p.26

C.I.D.C. – Convenção Internacional dos direitos da Criança

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDON, Glaucy, *A dinâmica familiar: A importância da função do pai e da mãe para a constituição do novo sujeito sob uma perspectiva psicanalítica*. Revista Psique – <http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESPS/Edicoes/24/artigo70925-1.asp>. Acesso em 12/01/2014.

ABDUCH, Chafi, Artigo: *Grupos operativos com adolescentes*, Link www.bireme.br/bvs/adolesc. Acesso em 30/07/2013.

ADAMO, Fábio A., JR, João Batista e outros. *Juventude: trabalho, saúde e educação*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

AGUIAR, Carla Z. B. *Mediação e Justiça Restaurativa: A Humanização do Sistema Processual como forma de Realização dos Princípios Constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

ALBERTI, Sônia. *Esse Sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

ALBUQUERQUE, Ivan (Espírito). *Adolescência Causa da (in) felicidade / ditado por Ivan de Albuquerque; (psicografado por) Francisco do Espírito Santo*. – Catanduva, SP: Boa Nova Editora, 2010.

ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda, *O papel de coordenador de grupos*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Artigo científico da Revista de Psicologia. Acesso em 17/05/2011.

AFONSO, Lúcia, ABADE, Flávia Lemos, AKERMAN, Deborah, COELHO, Carolina Marra Simões, MEDRADO, Kelma Soares, PAULINO, Juliane Rosa, Pimenta, Sara D. C., *Oficinas em dinâmica de grupo na área de saúde*. Belo Horizonte: Edição do Campo Social, 2003.

ARANTES, Rogério Bastos. *Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVELLAR, Jussara Lemos de. *A constituição do sujeito – sob a ótica de Lacan*. Palestra realizada em 26/08/2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília. DF.

BRASIL. Lei 12.594, 18 de janeiro de 2012. *Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília. DF.

BRASIL, Valéria Santos. *O Trabalho com Grupo de Adolescentes no Contexto Ambulatorial: a construção de um espaço de circulação, acolhimento e elaboração da palavra do adolescente*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Saúde da Criança e do Adolescente - Faculdade de Medicina / UFMG), Belo Horizonte, 2010.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

Colóquio Internacional: *Laço social, juventude e criminalidade, UFMG, 2011*.

ELIA, Luciano, *O Conceito de Sujeito*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2010.

FINK, B. *O sujeito lacaniano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1998.

FREUD, Sigmund. *Os males da civilização*. Paris. 1978.

GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha; CADETE, Matilde Meire Miranda; GUIMARÃES, Patrícia Regina; FERREIRA, Roberto Assis, MIRANDA, Solange de Melo. *Saúde do Adolescente*. NESCON. Belo Horizonte. 2012.

GROISMAN, Moisés. *Adolescência e saúde mental*, por Moisés Groisman e Juan Carlos Kusnetzoff. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

JERUSALINSKY, Julieta. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. São Paulo, 2009.

LACADÉE, Philippe. *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência* – Rio de Janeiro, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo* – Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1999.

MERLI, Laura F.; CUGLER, Priscila S.; SEQUEIRA, Vânia C. *Processo de Reflexão Sobre Escolhas: uma experiência com adolescentes privadas de liberdade*. In ZIMERMAN, David E. e OSÓRIO, Luiz C. (et.al) “Como trabalhamos com grupos”. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997. Boletim de Iniciação Científica em Psicologia – 2005, p.51-64.

MIRANDA, Solange de Melo, *Grupos de Adolescentes: A experiência do setor de saúde do adolescente do Hospital das Clínicas da UFMG*. Belo Horizonte, 2013.

MYSSIOR, Silvia Grebler, *Doenças e Manifestações Psicossomáticas na Infância e na Adolescência: Construindo uma interseção da psicanálise com a pediatria*, Tese de Mestrado, UFMG, Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, 2007.

RASSIAL, Jean-Jacques. *A passagem adolescente: da família o a laço social*. Porto Alegre. Artes e Ofícios. 1997.

SAITO, Maria Ignez e SILVA, Luiz Eduardo Vargas da (Coordenadores) – *Adolescência – Prevenção e Risco*. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

Seminário dos alunos da Escola de Medicina da UFMG. Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Gustavo de M. S. *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil*. Revista MPMG Jurídico – *Publicação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional* – CEAF. Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ano II - Edição Especial, p.33-35, outubro 2007.

ZEK CER, Israel (Org.). *Adolescente também é gente* – São Paulo: Summus, 1985.

VOLPI, Mário. (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

WEDEKIND, Frank. *O despertar da primavera* – tradução de Sheila Ewert e adaptação de Zé Henrique de Paula. Link www.ciaateliedasartes.com.br Acesso em 11/03/2012.